

## Mulheres indígenas Mendonça: autoetnografia e diálogo entre lutas

Resenha da Dissertação: SILVA, Tayse Michelle. Campos da. *Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte*. 2021. 206f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

Taisa Lewitzki

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

taisa.cabocla@gmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-5098-6598>

No estado do Rio Grande do Norte (RN), das dezesseis comunidades indígenas, onze são lideradas por mulheres indígenas, enquanto no Território Indígena Mendonça, localizado nos municípios de João Câmara e Jardim de Angicos no Agreste Potiguar, a representatividade das mulheres na ocupação de cargos de liderança ainda é maior — das seis comunidades, cinco são coordenadas por jovens mulheres indígenas. A preponderância da atuação delas na organização local e na construção do movimento indígena potiguar, atuando em diferentes esferas político-organizativas na luta pela efetivação dos direitos indígenas, motivou a historiadora Tayse Campos da Silva a explorar o tema, por meio da pesquisa de mestrado em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS/UFRN).

A pesquisadora indígena, pertencente ao povo Mendonça da comunidade de Amarelão, filha das lideranças Neide Campos e Francisco Felipe, aprendeu em casa a importância da luta pela melhoria de vida do seu povo. Seu pai participou ativamente de lutas locais, principalmente da retomada do território Mendonça através da ocupação das

fazendas Marajó e Saramandaia no início da década de 1990, que resultou na criação dos Assentamentos Marajó e Santa Terezinha pela reforma agrária. Além disso, Francisco foi um entusiasta do Programa Um Milhão de Cisternas e buscou parcerias para trazer os primeiros reservatórios de água para o Amarelão no ano de 2006, ação que também contribuiu para efetivar, na esfera local, a iniciativa da Articulação do Semiárido, que se tornou a principal política pública de descentralização de água potável no Nordeste e convivência com o semiárido. Por sua vez, Neide Campos teve um papel preponderante na construção do movimento indígena no RN, e no autorreconhecimento dos Mendonça enquanto povo indígena. É promotora da educação escolar indígena, exercendo diferentes cargos como educadora e pesquisadora, e tem longa trajetória como liderança política.

Com estímulo e apoio da família de lideranças, Tayse Silva ingressou no movimento indígena do Nordeste no ano de 2009, onde desempenhou a função de coordenadora estadual da Microrregional da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) de 2009 a 2015. No ano de 2016, participou da criação e coordenação do Fórum de Lideranças Indígenas do RN que, em 2017, foi transformado em Articulação dos Povos Indígenas do RN (APIRN). Atuou como representante da APOINME na Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena associada no Conselho Nacional de Educação (CNEEI/CNE), além de outros espaços de diálogo e parceria com governos, universidades, organizações não governamentais e movimentos sociais (SILVA, 2021, p. 9).

Incentivada por sua mãe e professora, em 2013 Tayse Silva iniciou a graduação em história na Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e, por meio da história oral, narrou a trajetória das mulheres indígenas do Amarelão nos anos de 1970 a 1990. Sua primeira pesquisa acadêmica teve como objetivo visibilizar o papel das mulheres Mendonça como lideranças tradicionais que, a partir de seus ofícios, saberes e conhecimentos, na posição de avós, mães, chefas de família, agricultoras, parteiras, curandeiras, entre outras, ocupam historicamente um lugar de destaque na forma de organização do povo Mendonça. A pesquisa acadêmica como forma de apropriação de ferramentas da universidade, usada para contar a história dos povos indígenas do Brasil numa perspectiva indigenista, despertou o interesse da autora em continuar na academia e escrever sobre as mulheres Mendonça.

A partir do interesse de Silva pela Antropologia, numa compreensão da disciplina como propícia ao diálogo com os povos indígenas, em 2019, por meio das ações afirmativas, ingressa no PPGAS/UFRN. Os deslocamentos de quase duzentos

quilômetros diários até o Campus da UFRN na cidade de Natal foram um desafio para permanecer no curso, bem como conciliar a carga de leituras e trabalhos exigidos na pós-graduação com as atribuições de coordenadora da Associação Comunitária do Amarelão (ACA), e as responsabilidades familiares.

A trajetória pessoal, política e profissional da autora como liderança, mãe, trabalhadora, estudante e pesquisadora, resulta no interesse de pesquisa desde a perspectiva teórica e metodológica da Antropologia. É nesse sentido que formula o objetivo da sua dissertação ao redor da apreensão dos processos de organização e luta política das mulheres Mendonça, que ocupam a posição de liderança e atuam em diferentes esferas do movimento indígena.

A autora introduz o tema a partir da revisão bibliográfica da produção recente sobre os povos indígenas no RN, apontando a lacuna acerca do papel das mulheres indígenas na política também no estado. A escrita perpassa os estudos de Antropologia e Gênero, buscando diálogos com pesquisas realizadas no contexto amazônico e nordestino, problematizando a invisibilidade de mulher indígena como reflexo da própria generalização e desconhecimento da diversidade dos povos indígenas no Brasil. A partir de sua vivência, apresenta a construção de espaços coletivos de organização de mulheres indígenas na região, bem como eventos que começaram a ser realizados no ano de 2012, e evidencia as pautas expostas pelas lideranças femininas, as quais representam questões pouco problematizadas pelas lideranças masculinas. Destas pautas, é possível citar o alcoolismo, a prostituição, a violência doméstica e a forma como tais questões e seus desdobramentos afetam diretamente a própria organização da comunidade (SILVA, 2021, p. 15).

Em diálogo com feminismos outros, elaborado principalmente pelas mulheres Xikas, Maia (Guatemala) e Aymara (Bolívia), conforme descrito por Catherina Torres (2018, p. 248), que compreendem a diversidade das mulheres do Sul global, a autora afirma que “a atuação política e a resistência das mulheres indígenas nas comunidades Mendonça são exemplos de feminismos comunitários” (SILVA, 2021, p. 15).

A metodologia empregada no trabalho parte da própria experiência da autora, que se coloca também como interlocutora da pesquisa e dialoga com outras seis mulheres que são companheiras da luta do povo Mendonça. O uso de entrevista semiestruturada é a principal ferramenta para adentrar as “suas trajetórias, suas percepções sobre o papel que ocupam, sua participação nos processos produtivos da comunidade” (SILVA, 2021, p. 63). Com o advento da pandemia do Covid-19 no período de realização de trabalho de

campo, as entrevistas foram possíveis pela proximidade com as comunidades e as estratégias locais para monitoramento dos casos de contaminação. O acúmulo de conhecimento sobre o território e os vínculos de parentesco, amizade e aliança política, favoreceram a realização de seis entrevistas em quatro dias. Entre as entrevistadas, estão Neide Campos e Liziane Campos que, além de referências políticas no Amarelão, são respectivamente mãe e irmã da autora. Entrevistou Kaline Cassiano, que também pertence à comunidade, Rejane Batista e Ednete Pedro, presidentas das associações comunitárias de Serrote São Bento e Açucena. Por fim, ouviu Kaline Felipe que, além de prima da pesquisadora, é a principal liderança do Assentamento Marajó. As lideranças compartilharam trajetórias similares a da autora, ou seja, são mães, são as primeiras de suas famílias a acessarem o ensino superior, trabalham na educação escolar indígena, trabalharam (ou trabalham) no beneficiamento da castanha de caju, e são reconhecidas pela coletividade como representantes das comunidades na organização indígena. Excetuando Neide Campos que, no momento da pesquisa, estava com 54 anos, todas têm idade entre 20 e 35 anos.

A partir do tratamento das entrevistas e da revisão de documentos elaborados pelo movimento indígena, o texto é organizado em três capítulos. O primeiro capítulo intitulado “Tripla jornada: responsabilidade, dificuldade e compromisso” apresenta a realidade das mulheres lideranças e sua trajetória de ingresso no movimento indígena. A seção inicia com a descrição do território a partir das memórias da autora, passando pelos diferentes sentidos empregados na noção de Território Mendonça, a partir de aspectos físicos, geográficos, históricos e políticos. A autora também apresenta uma perspectiva de alteridade em relação aos não-Mendonça, refletindo sobre a identidade enquanto povo indígena, a partir da diferenciação e preconceito no contexto do município de João Câmara. De forma cronológica, são apresentadas as comunidades de Amarelão, Serrote de São Bento, Cachoeira, Assentamento Marajó, Assentamentos Santa Terezinha e Açucena, que resultam de diferentes processos políticos, ambientais e territoriais. A descrição das comunidades destaca a presença de outras lideranças, tanto mulheres quanto homens, para então apresentar a trajetória de suas interlocutoras em diálogo com as comunidades a que pertencem, e também sobre a inserção delas no movimento indígena local.

Ao abordar o cotidiano das mulheres lideranças, destaca-se “as transformações pelas quais passaram como pessoas e mulheres, bem como as dificuldades enfrentadas na luta diária” (SILVA, 2021, p. 43). As interlocutoras enfatizaram que, depois da inserção no movimento indígena, ampliaram suas atividades, conhecimentos e atribuições para

além da casa e da família, sendo o apoio imprescindível de outras mulheres para conciliar o trabalho de cuidado com a militância indígena. Desta forma, a autora classifica dois níveis de participação política: primeiro, “o fortalecimento das mulheres lideranças que estão à frente das organizações indígenas na busca por formação, profissionalização, aprendendo a lidar com a burocracia, apropriando-se dos instrumentos da sociedade envolvente e do Estado, como, por exemplo, o associativismo, a escolarização”. O segundo nível é “a participação das mulheres nas redes de solidariedade das comunidades para dar suporte a essas lideranças” (SILVA, 2021, p. 46) não excluindo, portanto, a existência de “certa reprodução do machismo pelas próprias mulheres” (SILVA, 2021, p. 46) no reconhecimento e legitimação da capacidade de liderança mulheres, jovens e solteiras em desempenhar a representação das comunidades, isso, como reflexo do machismo estrutural presente na sociedade brasileira, do qual os indígenas não estão isentos.

Na dissertação, Tayse Silva argumenta sobre a preponderância do espaço doméstico na constituição de liderança, rompendo com a dicotomia entre o privado e o público em relação ao fazer político. Nesse sentido, aborda a importância da relação da mulher com a produção de alimentos e a economia local, evidenciando o papel de gestão das mulheres na economia doméstica e no beneficiamento da castanha de caju. Também problematiza a divisão sexual do trabalho como consequência das transformações territoriais e a reorganização do povo Mendonça, por meio do impacto dos ciclos econômicos e da expropriação territorial.

Quando questiona o que é ser liderança indígena mulher, a pesquisadora reflete com suas interlocutoras a percepção de “ter responsabilidade, é enfrentar dificuldades e assumir compromisso com a comunidade, ou seja, doar-se às demandas coletivas. Além disso, segundo as mulheres indígenas que contribuíram com este estudo, somam-se àquelas competências possuir formação escolar/acadêmica, ter boa oratória, elaborar documentos. Todavia, nada disso é tão importante para elas quanto o sentimento de compromisso com a comunidade” (SILVA, 2021, p. 58). A autora conclui que “a agência das mulheres indígenas está nos processos de luta em defesa de seus direitos, na capacidade de agirem como mediadoras, conciliadoras de conflitos, na organização feminina de se fortalecerem como mulheres indígenas” (SILVA, 2021, p. 49).

O segundo capítulo, com o título “Organizações indígenas: o poder da articulação”, descreve o processo de criação das associações comunitárias indígenas, considerando a importância do associativismo como ferramenta organizativa no Território Mendonça.

Além disso, destaca a atuação das lideranças no movimento indígena, resgatando a participação dos Mendonça na articulação estadual dos povos indígenas desde os anos 2000.

A autora argumenta que o associativismo indígena decorre da necessidade de estabelecer diálogo com o Estado e com as organizações não-indígenas, e “configura-se em experiências étnicas de articulação política definidoras de estratégias identitárias. Portanto, apesar de ser uma forma de organização exigida pelos padrões de relacionamento não-indígena para reivindicar direitos e participações nas esferas públicas, a formalização da articulação política indígena não teve efeito engessador da capacidade mobilizadora dos agentes” (SILVA, 2021, p. 65). Pelo contrário, as associações indígenas cada vez mais atuam no reconhecimento e fortalecimento da identidade indígena, conforme demonstra a estrutura organizativa e planejamento de ações das associações comunitárias.

Na pesquisa, Silva relata a diversidade dos processos de formação das associações locais, destacando três experiências: “a Associação do Amarelão, que teve a figura do agente externo, não-indígena, como principal incentivador e mobilizador para seu surgimento. O segundo trata-se da criação da Associação de Açucena, que tinha como principal objetivo a compra de terras para as famílias indígenas e não-indígenas. E o terceiro refere-se à criação das demais associações do Território, em momentos em que as comunidades já estavam inseridas em uma luta por direitos diferenciados como povos indígenas” (SILVA, 2021, p. 67–68).

A centralidade da ACA na organização indígena estadual é replicada a partir da atuação da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) no Território Mendonça, momento em que outras comunidades passaram a criar associações indígenas a fim de efetivar a política indigenista. Dessa forma, com apoio da ACA — criada em 1994 — e, respectivamente, de Tayse Silva como coordenadora administrativa da associação desde 2014, foram constituídas associações indígenas em Serrote São Bento (2015), Assentamentos Santa Terezinha (2016) e Marajó (2018), e Cachoeira (2018). No mesmo período, a Associação Pró-Ativa de Açucena, formada em 2005, passou a integrar a organização indígena. A semelhança no estatuto social, na estrutura organizativa e nas demandas das associações não exclui as diferenças na forma de atuação das lideranças e na tomada de decisões.

Tayse Silva enaltece “o trabalho de fortalecimento da participação e capacitação das mulheres na Associação do Amarelão” (SILVA, 2021, p. 71), que está presente desde os

primeiros projetos. No entanto, é intensificado “a partir de 2011, quando Neide Campos assumiu a Coordenação Administrativa e começou a promover formações políticas voltadas para mulheres e jovens, chamando esse público para fazer parte da associação e o incentivando a estudar” (SILVA, 2021, p. 71). De igual maneira, a ocupação de cargo da diretoria exercida pelas mulheres indígenas fomenta a participação de mais mulheres e a busca por qualificação, para melhor encaminhar as demandas através da mediação entre indígenas e poder público.

Em 2016, as associações criaram o Fórum de Lideranças Mendonça (FLM) com objetivo de unificar as demandas mediante o Estado. Na busca por maior autonomia na configuração estadual do movimento indígena, em 2019 o FLM é transformado em Organização do Povo Indígena Mendonça (OPIM), realizando em 2021 a I Assembleia, na qual agregou-se a pauta LGBTQIA+ e da juventude indígena. A respeito das mulheres, as associações detêm “Departamento de Gênero dentro da estrutura da diretoria para atuar em ações voltadas para meninas e mulheres, crianças, jovens e idosas” (SILVA, 2021, p. 83). Para as mulheres, “esse departamento desenvolve ações de formação sobre direitos da mulher, violência contra a mulher, alfabetização, agricultura familiar e agroecologia, atividades de Dia Internacional da Mulher, Dia das Mães e projetos para geração de renda para mulheres da comunidade” (SILVA, 2021, p. 84).

Buscando identificar a atuação das associações nas pautas específicas das mulheres, a autora reflexiona que “mesmo havendo mulheres lideranças indígenas à frente das associações e nos cargos de lideranças, a pauta específica de mulheres ainda não é uma prioridade” (SILVA, 2021, p. 87). Tecendo uma autoavaliação como liderança, Tayse Silva (2021, p. 87) expõe que as pautas cotidianas “sentidas e sofridas pelo todo, tais como falta de água, de terra, de moradia, de acesso à saúde, insegurança alimentar” se sobrepõem às pautas específicas para mulheres indígenas. Então conclui que é “uma participação feminina, com o poder de fala, de atuação, de mediação com o Estado. Mas não é uma participação feminina que representa as mulheres, é uma participação que representa o todo, o coletivo, a comunidade e suas carências” (SILVA, 2021, p. 87). O todo, nesse caso, representa a concepção global das mulheres em relação ao enfrentamento dos problemas locais.

Por fim, o terceiro capítulo intitulado “A representatividade das mulheres indígenas” transcende da questão local passando à relação das associações e comunidades com o Estado, por meio da análise da articulação, negociação e efetivação de políticas públicas. Ademais, discorre sobre o feminismo a partir da perspectiva de suas

interlocutoras, “buscando compreender como essas mulheres veem o feminismo e sua articulação em redes feministas” (SILVA, 2021, p. 100).

A partir do diálogo com a literatura e sua expertise com documentos, a historiadora reconstrói a linha do tempo dos eventos que levaram a formação do movimento indígena estadual. Faz um apanhado de relações com o Estado, por meio da efetivação de políticas públicas específicas aos povos indígenas do RN, ao que corresponde a demarcação de terras, educação escolar, saúde e etnodesenvolvimento, copilando as demandas resultantes das assembleias indígenas.

Na sequência, aborda a atuação das mulheres Mendonça “através do fortalecimento das associações, da participação no Movimento Indígena do RN, em conselhos, fóruns e espaços de debate” (SILVA, 2021, p. 100), e a capacitação como eixo central para formação de novas lideranças. A autora apresenta um quadro da participação das mulheres Mendonça desde o ano de 2005, em diferentes esferas e temáticas, ressaltando que a prioridade nos espaços de participação política “é a pauta coletiva, do bem comum para a comunidade, e não uma pauta específica das mulheres”. Isso decorre, da “ ‘omissão do Estado brasileiro’ porque como ‘falta tudo’ nas comunidades indígenas, torna-se quase impossível pensar nas especificidades em detrimento das demandas gerais/coletivas”. (SILVA, 2021, p. 105). No entanto, as mulheres detêm um olhar diferenciado e, na medida do possível, buscam soluções para os problemas gerais, em prol da coletividade.

Posicionando-se como liderança feminista, dialoga sobre as percepções das lideranças em relação ao feminismo, considerando que são “feministas no sentido mais amplo que essa palavra pode ter, pela força da mulher indígena, sua organização política, envolvida na luta por direitos sociais, na defesa dos direitos humanos” (SILVA, 2021, p. 111) e não estritamente aos “discursos predominantes nas agendas dos movimentos feministas que elas conhecem” (SILVA, 2021, p. 113), porque “as mulheres não se veem representadas dentro dessas discussões do feminismo branco hegemônico têm outras pautas como o racismo, o classismo e a interseccionalidade desses temas em suas vidas” (SILVA, 2021, p. 113). Dessa forma, a antropóloga busca associar-se aos feminismos comunitários, reivindicados por diferentes povos indígenas da América Latina como uma estratégia diversa a epistemologia colonial, tendo como objetivo entender as práticas e vivências que atravessam a vida das mulheres indígenas.

Ao longo da dissertação, a autora transita “por várias questões que envolvem o cotidiano das mulheres indígenas, como suas comunidades, seus trabalhos, educação, contexto econômico, relações de gênero, feminismo, espaços domésticos e públicos”

(SILVA, 2021, p. 115), entrelaçando sua própria trajetória pessoal, familiar, acadêmica e militante. Como bem expõe, sua pesquisa reflete o papel das mulheres lideranças que acumulam e articulam diferentes papéis domésticos, familiares, laborais e políticos, “e enfrentam muitas dificuldades para assumir essas atribuições sem conseguir separá-las, sem conseguir se dedicar a uma única coisa de cada vez” (SILVA, 2021, p. 116).

Configura-se, portanto, em um trabalho de autoetnografia, não por tratar-se de uma antropóloga nativa — como bem ressaltado por Marilyn Strathern (2014) ao discutir os limites e desafios da autoantropologia — mas pela reflexividade desenvolvida pela autora em várias camadas de apreensão, que extrapola a familiaridade com o tema e implica na forma de produção e circulação do trabalho etnográfico (STRATHERN, 2014). A partir da trajetória familiar e pessoal na organização indígena do RN, por meio da experiência associativa do Amarelão e o protagonismo organizativo no Território Mendonça, a pesquisa “não aborda dados, mas experiências” (GAMA, 2020, p. 191). Nesse sentido, conforme argumenta Fabiene Gama (2020, p. 191) a autoetnografia consiste em “pesquisas altamente corporificadas, reflexivas e emotivas — qualidades muitas vezes criticadas ou ignoradas nas pesquisas qualitativas, mesmo antropológicas — e por isso transgressoras, indisciplinadas, políticas”.

Nesse sentido, ao reflexionar sobre o fazer antropológico, Anahí Guedes de Mello (2019) adiciona que a autoetnografia, ao mesmo tempo que se coloca como método é processo e produto. E, desta maneira, sua potencialidade é assumir a subjetividade da pesquisadora como um valor, “embora seja mais difícil e exigente do ponto de vista antropológico, a transgressão para uma escrita autoetnográfica implica contestar as formas hegemônicas de fazer antropologia” (MELLO, 2019, p. 33). Para isso, Tayse Silva movimenta-se em diálogo com as mulheres indígenas Mendonça que, na sua diversidade, percorrem caminhos que se encontram, se aproximam e se afastam da pesquisadora. Assim, possibilitam em determinados momentos do texto que a autora assuma a narrativa em primeira ou em terceira pessoa, a partir de entradas, engajamentos e reflexões que levam ao exercício da alteridade.

Silva parte da posição de pesquisadora em detrimento a de objeto de pesquisa, “o que nos leva a pensar sobre o lugar da subjetividade na teoria antropológica e a legitimidade das práticas antropológicas contemporâneas com a entrada na academia de membros oriundos de ‘grupos minoritários’, também chamados ‘nativos’ ou ‘subalternos’” (MELLO, 2019, p. 37), que desafiam categorias dualistas e formas de produzir conhecimentos. Nesse contexto, conforme problematizam Dominique Gallois, Adriana

Testa, Augusto Ventura e Leonardo Braga (2016, p. 10), vale ponderar a multiplicidade de perguntas inauguradas com a emergência da antropologia indígena no Brasil, que “vislumbra as novas modalidades de participação de indígenas na produção de etnografias como uma potencial fonte de renovação e crítica do campo de produção etnológica no Brasil”.

Portanto, a etnografia de Tayse Silva, amplia os temas da antropologia indígena ao oferecer uma dissertação sobre atuação política das mulheres indígenas, com reflexões importantes sobre os limites e potencialidades da atuação feminina no contexto do povo Mendonça. O engajamento político como uma característica na produção da pesquisa corrobora com o estudo de Lays Silva (2019) sobre a presença de mulheres Kaingang na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Ao analisar a trajetória acadêmica das indígenas, Lays Silva argumenta sobre as pautas coletivas presentes na produção de conhecimento acadêmico por elas, que incide na ampliação da atuação política por meio da ocupação do espaço acadêmico. Desta forma, as vivências coletivas não se desvencilham da pesquisa, pois fortalecem as lutas territoriais.

Cabe salientar que a pesquisa foi escolhida pelo PPGAS/UFRN como a melhor dissertação apresentada no ano de 2021, devido a qualidade do trabalho acadêmico, a interlocução com a Antropologia e a relevância para a Etnologia dos Povos Indígenas do Nordeste. Adicionalmente, a pesquisa inspira outras mulheres indígenas a ingressar na universidade e a ocupar a pós-graduação, em correspondência a crescente produção de intelectuais indígenas tanto na Antropologia quanto em outras áreas do conhecimento. Assim, são possibilitadas novas abordagens desde a perspectiva de sujeitos pesquisadores que, ao mesmo tempo que produzem conhecimento científico, levam adiante lutas em prol da efetivação dos direitos dos povos indígenas.

## Referências

GALLOIS, Dominique Tilkin; TESTA, Adriana Queiroz; VENTURA, Augusto; BRAGA, Leonardo Viana. Ethnologie brésilienne: Les voies d'une anthropologie indigène. *Brésil(s) — Sciences Humaines et Sociales*, n. 9, 2016.

GAMA, Fabiene. A autoetnografia como método criativo: experimentações com a esclerose múltipla. *Anuário Antropológico*, v. 45, n. 2, p. 188–208, 2020. <https://doi.org/10.4000/aa.5872>

MELLO, Anahí G. de. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. 2019. 186f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SILVA, Lais Gonçalves. *Mulheres indígenas e seus percursos acadêmicos: olhares plurais sobre a experiência Kaingang na UFPR*. 2019. 251f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Arqueologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

STRATHERN, Marilyn. Os limites da Autoantropologia. In: STRATHERN, Marilyn. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2014. p. 133–157.

## **Agradecimentos**

Agradeço a leitura e revisão de Tayse Silva, Heytor Marques e Lays Silva à versão prévia do texto. Adicionalmente, aos pareceristas pelos comentários e sugestões.

## **Financiamento**

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Recebido em 28 de março de 2023.

Aceito em 26 de julho de 2023.